

Atos do Governador

ATA

PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Ata da 65ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, instituído por força da Lei estadual 11.688, de 19-05-2004

Data: 14/05/2014, 17h00

Local: Salão dos Pratos,

Data: 16/05/2014, 10h00 (Continuação)

Local: Gabinete do Presidente do CGPPP

Palácio dos Bandeirantes.

Conselheiros

Presidente: JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO - Secretário Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional, ANDREA SANDRO CALABI - Secretário Estadual da Fazenda, JOÃO CARLOS DE SOUZA MEIRELLES - Assessor Especial de Assuntos Estratégicos, JOSÉ DO CARMO MENDES JÚNIOR – Secretário Estadual Adjunto da Casa Civil, NELSON LUIZ BAETA NEVES FILHO - Secretário Estadual Adjunto de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

Convidados

JURANDIR FERNANDO RIBEIRO FERNANDES – Secretário Estadual de Transportes Metropolitanos, MARCOS RODRIGUES PENIDO – Secretário Estadual Adjunto da Habitação, Civil, CIBELE FRANZESE – Secretária Estadual Adjunta de Planejamento e Desenvolvimento Regional, PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU – Secretário Estadual Adjunto da Fazenda e Diretor Presidente da Companhia Paulista de Parcerias (CPP), TOMÁS BRUGINSKI DE PAULA – Diretor da Companhia Paulista de Parcerias (CPP), CLÁUDIA POLTO DA CUNHA - Diretora da Companhia Paulista de Parcerias (CPP), CRISTINA MARGARETE WAGNER MASTRO-BUONO - Procuradora do Estado, MILTON FLÁVIO MARQUES LAUTENSCHLAGER - Subsecretário de Energias Renováveis, JOAQUIM LOPES DA SILVA JÚNIOR – Diretor Presidente da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU/SP), THIERRY BESSE – Assessor do Governador, PAULO MENEZES FIGUEIREDO – Representante da Unidade de Parcerias Público-Privadas (UPPP).

Uma vez reunidos os membros do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas - CGPPP, o Senhor Presidente, JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO, deu início à ordem do dia, inteirando aos presentes que, em face da complexidade e da extensão dos assuntos, a Reunião seria suspensa após a apreciação da primeira matéria, sendo retomada no dia 16/05/2014, a partir das 10h00, sem prejuízo ou descontinuidade à pauta de convocação.

PPP Sistema Integrado Metropolitanano da Região Metropolitanana da Baixada Santista - SIM da Baixada

Referindo-se ao projeto de PPP denominado “SIM da Baixada”, o Presidente do CGPPP, JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO, abriu a sessão observando que conforme condicionado na 60ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor de PPP, as premissas finais da licitação, bem como as alterações no plano de negócio do projeto, resultantes das contribuições recebidas durante as Audiências Públicas realizadas dias 23 e 24/10/2013, e o período de Consulta Pública ocorrido de 10/12/2013 a 10/01/2014, deveriam ser apreciadas pelo Colegiado com vistas a obter autorização para publicação do Edital. Isto posto, a palavra foi passada ao Secretário de Transportes Metropolitanos, JURANDIR FERNANDO RIBEIRO FERNANDES, que solicitou ao técnico da Pasta que iniciasse a apresentação. Este começou fazendo um breve histórico e salientando os benefícios diretos e indiretos do projeto, passando a dissertar sobre a modelagem aprovada na 60ª Reunião, cujo objeto da PPP compreende uma Concessão Patrocinada para operação e manutenção do Sistema Integrado Metropolitanano da Baixada Santista, sendo que o Poder Concedente irá construir e disponibilizar a infraestrutura do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), que ligará Samaritã a Valongo e ao Porto, totalizando 26,5 km de extensão de trilhos e 31 (trinta e uma) paradas/estações. Os investimentos serão realizados em duas etapas: a “Fase I” corresponde ao tronco de VLT de Barreiros a Valongo, com 19 (dezenove) km e 27 (vinte e sete) paradas, cujas obras, bem como a aquisição dos 22 (vinte e dois) VLTs e dos sistemas, estão sendo executadas pela STM/EMTU; e a “Fase II” referente ao trecho de Samaritã a Barreiros, com 7,5 km e 4 estações, dos quais as construções e os sistemas, excetuando a parte dos módulos diretamente ligados ao controle e circulação do VLT, também estarão a cargo do Estado. Ficará sob a responsabilidade do Parceiro Privado: a operação do transporte intermunicipal regular de ônibus; a operação do VLT e demais veículos de baixa e média capacidade; a racionalização das linhas de ônibus, que diminuirão das atuais 64 linhas em circulação para 46 durante a “Fase I” e para 38 linhas com a conclusão da “Fase II”; e a compra de novos veículos para garantia da qualidade dos serviços rodoviários. Igualmente, será responsabilidade da SPE a aquisição dos 11 (onze) trens adicionais e dos sistemas diretamente ligados ao controle e circulação da “Fase II” do VLT. Estão previstas possíveis expansões à futura rede do SIM da Baixada que poderão ser incluídas ao contrato mediante Termo Aditivo valorado por Fluxo de Caixa Marginal.

Na sequência, discorreu sobre o período de Consulta Pública que produziu cerca de 37 (trinta e sete) comentários e sugestões, que contribuíram para as melhorias no plano de negócio e nas diretrizes da licitação do projeto. Foram revistas e atualizadas as estimativas para o CAPEX da SPE relativo à compra dos ônibus e dos VLTs, e para o OPEX no tocante aos custos de operação e manutenção do Sistema de VLT, visando internalizar no modelo econômico-financeiro a defasagem nos preços dos insumos; os impactos em razão do ajuste no cronograma de execução das obras, o qual passa a prever para a “Fase I” operações parciais entre os meses de janeiro/2015 a março/2016 e integral a partir do mês de abril/2016, com manutenção da conclusão da “Fase II” para o 36º mês da concessão (julho/2017); e o aumento no número de gratuidades em face da publicação da Lei Estadual nº 15.187 de 29/10/2013, a qual implementou a gratuidade nos transportes públicos de passageiros às pessoas maiores de 60 (sessenta) anos. O modelo de remuneração da SPE, composto pela Parcela A (arrecadação tarifária) e pela Parcela B (contraprestação pecuniária), também foi adequado para incorporar mais dois componentes na contraprestação pecuniária, a fração “B1.c – incremento de gratuidades” que integra a “Parcela B1 – Contingências”, e a “B2.a – complemento de remuneração tarifária por estação em operação” inserida na “Parcela B2 – Contraprestação Mensal”, sendo esclarecido que 5% da Remuneração, ou seja, da soma da Parcela A e da Parcela B, ficará sujeita aos indicadores de desempenho. A estrutura das garantias compreende 6 (seis) meses de contraprestação pelo Fundo Garantidor da CPP, sendo que na hipótese de esgotamento do fundo, haverá renúncia por 2 (dois) meses do RESEGE (Receita dos Serviços de Gerenciamento e Fiscalização) pela EMTU, com previsão de medidas preventivas e opção de rescisão do contrato conforme condições adotadas em outros projetos de PPP do Estado. Na finalização da apresentação, foram abordadas as principais premissas do Edital, que são: modalidade de Concessão Patrocinada, prazo total de 20 (vinte) anos; concorrência internacional com inversão de fases; e critério de julgamento pela “menor contraprestação” mediante desconto linear na “Parcela B2”; a habilitação será jurídica, econômico-financeira e técnica com comprovação de participação em empreendimentos e de operação de transporte de passageiros em tecnologia de ônibus e de trilhos. Na sequência, o Presidente do CGPPP, JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO, abriu a sessão

para colher as contribuições e as sugestões dos Conselheiros e dos representantes das áreas técnicas. O Secretário da Fazenda, ANDREA SANDRO CALABI, tomou a palavra solicitando maiores detalhes sobre o percentual de reajuste aplicado no custo da energia, bem como sobre a metodologia utilizada para depreciação dos VLTs, que foram fundamentados pela equipe técnica. O Conselheiro, JOÃO CARLOS DE SOUZA MEIRELLES, Assessor Especial de Assuntos Estratégicos, argumentou que deveria ser aprofundada a avaliação da condição do concessionário de contratar a Certificadora, mesmo que a opção da escolha seja do Poder Público. Em seguida foi solicitado que os representantes das áreas técnicas se manifestassem; o Diretor Presidente da CPP, PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU, considerou a necessidade de averiguar a forma como se dará a mitigação do impacto do incremento da gratuidade na rentabilidade do projeto, uma vez que inova em relação à situação vigente nas atuais concessões, também sugeriu que a garantia da CPP seja restrita apenas a parcela de Investimentos da Concessionária – “Parcela B2”, e que o Poder Público assegure a transparência e o amplo acesso ao sistema de controle de bilhetagem para todos os fins relevantes de políticas públicas e obrigações do contrato; passando a palavra ao responsável da UPPP, PAULO MENEZES FIGUEIREDO, que iniciou avaliando que, com respeito à qualificação técnica dos licitantes, havia equilíbrio na proporção dos atestados exigidos, não constatando prejuízo à concorrência, e que em ambas as situações, seja o operador do VLT da SPE ou subcontratado, a capacidade operacional se dará pela obrigatoriedade de transferência de tecnologia; acompanhou a colocação do representante da CPP sobre as questões da gratuidade e da garantia, e não fez objeções à publicação do Edital. Antes de colocar para votação, o Presidente do CGPPP, JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO, indicou alguns pontos que deveriam ser ponderados: i) delegar a uma decisão de Governo a mitigação da gratuidade decorrente da Lei nº 15.187, ou via pagamento de contraprestação ou através do aumento da tarifa que constará do Edital; e ii) acompanhar a colocação do Diretor Presidente da CPP e oferecer garantia ampliada somente para a “Parcela B2” da contraprestação. Na sequência, submeteu a matéria ao Colegiado, o qual decidiu, por unanimidade, aprovar as alterações na Modelagem Final, acolhendo os apontamentos do Senhor Presidente do CGPPP, e autorizar a publicação do Edital do projeto de PPP denominado “SIM da Baixada”.

Conforme anunciado pelo Senhor Presidente do CGPPP, JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO, a sessão foi suspensa nesta data, com retomada para o dia 16/05/2014 a partir das 10hs00.

PPP Habitação de Interesse Social

Dando continuidade à pauta iniciada em 14/05/2014 e referindo-se ao projeto de PPP denominado “Habitação de Interesse Social”, o Presidente do Conselho Gestor de PPP, JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO, abriu os trabalhos fazendo um breve relato do que foi decidido na 64ª Reunião Ordinária do CGPPP. Na ocasião o Colegiado acolheu as alterações propostas pela Secretária de Habitação tanto na Modelagem como nas diretrizes da licitação, com o comprometimento de prosseguir avançando no refinamento do plano de negócio, dando ciência ao CGPPP das eventuais mudanças e, no caso de significativas modificações em relação aos parâmetros discutidos, a matéria seria novamente submetida ao Conselho antes da publicação do Edital. Em seguida passou a palavra ao Secretário Adjunto de Habitação, MARCOS RODRIGUES PENIDO, que fez uma introdução ressaltando o esforço da equipe técnica envolvida na estruturação do projeto para equacionar uma modelagem que amenize a assunção de risco pelo Estado e traga segurança ao Parceiro Privado. Continuou considerando que dentro dessa linha, a Pasta se preocupou em garantir a disponibilidade dos 50% de áreas que ficaram a cargo do Poder Concedente, tendo em vista as recomendações do Conselho e da Procuradoria, e decidiu pelo realinhamento do escopo do projeto para adequá-lo às condições de disposição dos terrenos, propondo que o certame contemple 4 (quatro) lotes. Observou que os ajustes na modelagem equacionaram a efetiva disponibilização das áreas pelo Poder Público com uma contraprestação factível, e passou a palavra ao técnico que iniciou a apresentação discorrendo sobre as localizações dos setores que sofrerão intervenção e que irão constituir os 4 (quatro) lotes ofertados na licitação. Foram retirados dessa primeira concessão os perímetros do “Setor B”, em razão das dificuldades de intervenção e de disponibilização imediata dos terrenos; em consequência reduziu-se o número total de moradias, passando de 20.221 para 16.101 unidades habitacionais, sendo 10.143 HIS e 5.958 HMP. Finalizou ponderando que nessa nova propositura seriam construídas cerca de 80% das moradias originalmente propostas, mas que em contrapartida a previsão para a contraprestação sofreu redução de 28%, adequando-se melhor ao orçamento da Pasta, e que isso se deve ao fato de que o setor extraído do projeto abrange áreas com alta valoração; complementou ainda que estavam asseguradas as proporções de HIS e de HMP, com equilíbrio na composição dos 04 lotes e segurança de conceder ao Parceiro Privado os 50% dos terrenos dentro do prazo previsto, prevalecendo o interesse público de requalificar a área central de São Paulo, sem comprometimento da competitividade do certame.

Na sequência, o Presidente do CGPPP solicitou que os representantes das áreas técnicas se manifestassem. O Responsável pela UPPP, PAULO MENEZES FIGUEIREDO, fez um alinhamento das informações apresentadas, expôs que o valor estimado para a contraprestação também é resultado da retirada das receitas acessórias do fluxo financeiro em função das críticas do mercado, sendo, no entanto, mantida no contrato a obrigação da construção das áreas comerciais, e definindo-se que a SPE receberá um percentual para administração dos espaços e o restante dos rendimentos será revertido ao Poder Público; e finalizou sem apontar óbices aos ajustes propostos, entendendo que o projeto está apto a ser encaminhado para a licitação. Em seguida, o Representante da CPP, PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU, iniciou recomendando que fosse incluído um anexo ao Edital listando as áreas que serão disponibilizadas pelo Poder Concedente; adicionalmente, sugeriu que a Secretária de Habitação estabeleça na minuta do instrumento contratual as principais diretrizes a serem observadas na gestão do contrato de forma a garantir ao Estado que a exploração das áreas comerciais será feita de acordo com as melhores práticas de mercado e com adequada transparência das contas. Por fim, ratificou junto ao Secretário Adjunto da Habitação a manutenção dos mecanismos de mitigação do risco de demanda das HMP. Colhidas todas as sugestões e as contribuições, o Presidente do CGPPP ponderou ser importante que a equipe técnica acompanhe a estruturação da equalização do risco de demanda da HMP e que o Edital reflita claramente a condição do Estado de optar pela solução mais favorável ao interesse público; submetendo em seguida o assunto para deliberação do Colegiado, que decidiu, por unanimidade, aprovar as adequações no escopo do projeto e nas premissas da licitação, recomendando definir nos instrumentos, Edital e Contrato, os mecanismos de acompanhamento e de controle das receitas acessórias decorrentes da exploração/gerenciamento pela concessionária das áreas não habitacionais, e do compartilhamento desses rendimentos entre os Parceiros Público e Privado; bem como do adequado tratamento das consequências de eventual não comercialização das HMPs, e da questão envolvendo os terrenos de responsabilidade do Poder Concedente destinados à implantação do objeto do projeto da PPP; e que antes da publicação do Edital, este deverá ser submetido ao Grupo Técnico e à PGE para análise das alterações inseridas.

PPP Sistema de Trens de Passageiros Intercidades

Por último, entrou na ordem do dia o projeto de PPP denominado “Trens Intercidades (TIC)”, o Presidente do CGPPP, JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO, introduziu o assunto observando que a estruturação do projeto encontra-se em uma fase importante de consolidação dos seus parâmetros, tanto institucional como técnico; e passou a palavra ao Responsável

pela coordenação do projeto, THIERRY BESSE, que iniciou a apresentação inteirando aos presentes que a abordagem seria somente do trecho considerado prioritário, interligando São Paulo a Americana; e prosseguiu fazendo uma contextualização do projeto, que se originou de uma MIP (Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada), sendo a Proposta Preliminar aprovada pelo CGPPP na 8ª Reunião Extraordinária, com autorização para publicação do Chamamento Público com vistas ao aprofundamento dos estudos pela iniciativa privada. Na sequência, discorreu sobre os dados econômicos, populacionais e de acessos da macrometrópole paulista, área de influência das investimentos, e passou a relatar o diagnóstico de mobilidade para a região, a partir dos seguintes pontos: 1) concentração das conexões entre as regiões metropolitanas e aglomerados urbanos em um único modal, o rodoviário; 2) esgotamento do sistema rodoviário em função da impossibilidade de absorção de novos aumentos de capacidade nas rodovias pelos viários municipais; 3) necessidade de aumento da oferta em serviços de transporte para absorver demanda reprimida atual e futura; 4) consenso quanto ao restabelecimento do transporte ferroviário; 5) dificuldade: custos proibitivos de desapropriação e obras civis para a construção de novas faixas ferroviárias; e 6) alternativa: a otimização e modernização das faixas ferroviárias existentes compatibilizando carga e passageiro. Os avanços na estruturação da modelagem pela equipe técnica do Governo, com apoio do Banco Mundial, apontaram para as seguintes conclusões: a) aproveitamento integral da faixa de domínio existente, sem inserir a retificação do traçado, até então, em estudo; b) material rodante: bitola de 1.435 mm, adotando-se o padrão internacional com significativo número de fornecedores, e motorização elétrica, em razão das restrições ambientais e de menor OPEX, estabelecimento de tempos máximos de percurso para o trecho e índices de conforto para o usuário; c) adoção de infraestrutura (drenagens e pórticos) compartilhada entre os operadores de carga, do TIC e da CPTM, em face da viabilidade da inserção de 5 (cinco) vias na faixa de domínio existente (no trecho Água Branca - Jundiaí); d) compatibilidade com o TAV (Trem de Alta Velocidade), tendo em vista a forte distinção entre os serviços, a possibilidade de futuro compartilhamento de infraestruturas nas áreas urbanas, e o caráter complementar dos projetos; e e) alternativa proposta significa uma redução na estimativa do CAPEX de cerca de 40%, e previsão de implantação em até 6 anos. Na finalização da apresentação ao CGPPP, o Coordenador do TIC observou que essa PPP trata-se de um projeto de Estado, envolvendo o comprometimento de várias secretarias e órgãos. O Presidente do CGPPP, JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO, elogiou o desenvolvimento dos trabalhos, reafirmando a necessidade de avançar conjuntamente, transformando a PPP em um único projeto de Governo. O Secretário da Fazenda, ANDREA SANDRO CALABI, também parabenizou o progresso dos estudos, mas observou que a Proposta Preliminar aprovada pelo Conselho compreende uma rede de trens regional e se faz necessário equalizar os demais trechos previstos com base no projeto prioritário. Por fim, o Doutor JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO ponderou que não haveria deliberação para a matéria e que as articulações internas e com a União deveriam prosseguir com o intuito de chegar ao processo de licitação desse primeiro traçado ainda neste ano de 2014.

Nada mais havendo a ser discutido, o Presidente do Conselho Gestor de PPP agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, da qual eu, PAULO MENEZES FIGUEIREDO, Secretário Executivo do Conselho Gestor de PPP, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO
ANDREA SANDRO CALABI
JOÃO CARLOS DE SOUZA MEIRELLES
JOSÉ DO CARMO MENDES JÚNIOR
NELSON LUIZ BAETA NEVES FILHO
JURANDIR FERNANDO RIBEIRO FERNANDES
MARCOS RODRIGUES PENIDO
PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU
TOMÁS BRUGINSKI DE PAULA
THIERRY BESSE
PAULO MENEZES FIGUEIREDO
S.P. 14/05/2014 e 16/05/2014

Casa Civil

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução CC-40, de 2-7-2014

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo

O Secretário-Chefe da Casa Civil, com fundamento no art. 85, II, do Dec. 51.991-2007, nos termos dos arts. 4º, IV e 5º da Lei 10.064-68, e à vista do parecer 665-92, da Assessoria Jurídica do Governo, resolve:

Artigo 1º - Fica autorizada a doação ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, em deferimento ao contido no processo CC-72.465-2014, discriminados nos seguintes ofícios: 4ºBPChq-52-40-14, processo Fussesp-51.280-14; 2GB-20-803-14, processo Fussesp-51.392-14; CRPM-21-4-14, processo Fussesp-52.353-14; 52BPMI-34-40-14, processo Fussesp-52.789-14; 52BPMI-37-40-14, processo Fussesp-52.789-14; 1BPChq-51-4-14, processo Fussesp-52.912-14; DP-63-520-14, processo Fussesp-54.052-14; 23BPMM-85-4-14, processo Fussesp-55.052-14; 37BPMM-68-4-14, processo Fussesp-55.190-14; 1ºGB-66-803-14, processo Fussesp-55.191-14; 28BPM-M-99-4-14, processo Fussesp-56.350-14; 28BPM-M-100-4-14, processo Fussesp-56.350-2014; CPI3-3-40-14, processo Fussesp-56.701-14; 7GB-8-903-14, processo Fussesp-58.247-14; 7GB-9-903-14, processo Fussesp-58.247-14.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Despachos do Secretário, de 2-7-2014

No correio eletrônico SELJ, de 30-4-2014, sobre convênio: À vista da manifestação da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, para os efeitos do art. 1º do Dec. 52.418-2007, e de conformidade com o art. 1º do Dec. 53.325-2008, aprovo a indicação do conveniente constante do quadro, descritos o objeto e valor na seguinte conformidade:

ENTIDADE	OBJETO	VALOR (R\$)
Clube Desportivo Liberdade	18ª Brasil Taekwondo Games	165.950,00

No correio eletrônico SC, de 1º-7-2014, sobre convênios: Diante da manifestação da Secretaria da Cultura, nos termos do art. 1º do Dec. 46.782-2009, e com as alterações editadas pelos Decs. 53.743-2008, e 54.694-2009, e tendo em vista o disposto no art. 1º do Dec. 53.325-2008, aprovo a indicação dos convenientes constantes do quadro, descritos seus objetos e valores na seguinte conformidade:

ENTIDADE	OBJETO(Projeto Cultural)	VALOR (R\$)
ORPAs - Obras Recreativas, Profissionais, Artísticas e Sociais	CCC-Cultura, Cidadania e Construção de Valores - A Arte Transformando Vidas	110.000,00
Associação Mitras para o Desenvolvimento Educacional, Cultural e Social - AMDECS	Escola de Música Tamarineira Brasil	146.396,32 (sendo 140.000,00 do Estado)
Instituto Cultural Nipo-Brasileiro de Campinas - ICNBC	XXIX Concurso Brasileiro da Canção Japonesa	100.000,00

Movimento pelo Direito à Moradia - MDM	PROISC-Projeto de Inserção Cultural, Literatura e Outras Histórias	60.000,00
Centro de Promoção Humana - Lar Vicentino	23ª Festa das Nações	111.386,00 (sendo 100.000,00 do Estado)
Instituto Ninhos	Música e Tecnologia para Jovens	79.992,90
Cooperativa Paulista de Teatro	Espectáculo - O Menino Livro	98.045,65
ACAL - Associação Cultural e Assistencial da Liberdade das Estrelas	Tanabata Matsuri - Festival das Estrelas	60.000,00
Associação Brasileira de Taiko	XI Festival Brasileiro de Taiko	150.000,00
Kenren - Federação das Associações de Provincias do Japão no Brasil	17º Festival do Japão no Brasil	320.000,00
Espaço Edith Cultura	Festival Arte Serrinha 2014	60.000,00

No correio eletrônico STur, de 1º-7-2014, sobre convênios: À vista da manifestação da Secretaria de Turismo, para os efeitos do art. 1º do Dec. 56.780-2011, e de conformidade com o art. 1º do Dec. 53.325-2008, aprovo a indicação do conveniente constante do quadro, descritos o objeto e valor na seguinte conformidade:

MUNICÍ-PIO	OBJETO	VALOR (R\$)
Lindóia	Revitalização e modernização do entorno do Vertedouro do Grande Lago Lindóia	1.238.484,74

No correio eletrônico SPDR, de 1º-7-2014, sobre aprovação de convênios: À vista da manifestação da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, para os efeitos do art. 1º do Dec. 44.721-2000, bem como do art. 1º do Dec. 55.249-2009, e tendo em vista o disposto no art. 1º do Dec. 53.325-2008, aprovo a indicação dos convenientes constantes do quadro, descritos seus objetos e valores na seguinte conformidade:

MUNICÍ-PIO	OBJETO	VALOR (R\$)
Apiaí	Aquisição de caminhão com carroceria	120.000,00
Bofete	Aquisição de rolo compactador	160.000,00
Garça	Infraestrutura urbana - construção de parque	1.000.000,00
Guarulhos	Reconstituição de ponte sobre o Rio Tietê	2.500.000,00
Lagoinha	Infraestrutura urbana - galerias de águas pluviais	988.167,74
Mococa	Reforma e urbanização de praça	194.180,95
M o n t e Azul Paulista	Infraestrutura no Distrito Industrial	500.000,00
N a z a r é Paulista	Recapeamento na Rua José Vicente da Silva	200.000,00
Nipoá	Construção de galpão para o Recinto de Exposições	300.000,00
Piraporã do Bom Jesus	Alambrado, iluminação e construção de vestiário	100.000,00
Santos	Construção de um Centro Cultural e Esportivo na Vila Nova	3.026.074,81
Santos	Construção de um Centro Cultural e Esportivo da Vila Penha	2.488.158,61
São Vicente	Revitalização da Praça da Biquinha de Anchieta	2.841.381,73
São Vicente	Reforma do Cine 3D e entorno	1.806.254,88
São Vicente	Infraestrutura urbana: pavimentação asfáltica da Av. Vereador Lourival Moreira do Amaral	609.689,51
Sarutaiá	Infraestrutura urbana em vias do município	120.000,00
Silveiras	Pavimentação em estrada vicinal entre o Bairro dos Macacos e Cachoeira do Paraitinga	1.000.000,00
Tabapuã	Reforma da Praça Capitão Horácio Antonio do Nascimento	350.000,00

No correio eletrônico SPDR, de 2-7-2014, sobre aprovação de convênios: À vista da manifestação da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, para os efeitos do art. 1º do Dec. 44.721-2000, bem como do art. 1º do Dec. 55.249-2009, e tendo em vista o disposto no art. 1º do Dec. 53.325-2008, aprovo a indicação dos convenientes constantes do quadro, descritos seus objetos e valores na seguinte conformidade:

MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR (R\$)
Barueri	Alargamento do leito carroçável nos trechos da Via Parque na Avenida Andrômeda	5.200.000,00
Santana de Parnaíba	Alargamento do leito carroçável dos trechos da Via Parque na Avenida Yojiro Takaoka	7.800.000,00

Nos correios eletrônicos SPDR, de 2-7-2014, sobre aprovação de convênios: À vista da manifestação da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, para os efeitos do art. 1º do Dec. 44.721-2000, bem como do art. 1º do Dec. 55.249-2009, e tendo em vista o disposto no art. 1º do Dec. 53.325-2008, aprovo a indicação dos convenientes constantes do quadro, descritos seus objetos e valores na seguinte conformidade:

MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR (R\$)
Lupércio	Infraestrutura urbana	200.000,00
Monte Mor	Infraestrutura urbana (recapeamento em ruas do município)	496.686,92
Paulo de Faria	Infraestrutura urbana em diversas vias do município	150.000,00

No correio eletrônico SH, de 30-6-2014, sobre retificação: Diante da manifestação da Secretaria da Habitação e à vista do que dispõe o art. 1º do Dec. 53.325-2008, retifico o despacho publicado em 15-2-2014, relativo à Exposição de Motivos SH 5-14, na parte referente ao Município de Adamantina (USDM 166388), a fim de que o objeto do referido convênio seja alterado para “Execução de obras de infraestrutura (recapeamento asfáltico) no Conjunto Habitacional Jardim Primavera”.

FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

CHEFIA DE GABINETE

Extrato de Termo de Convênio

Processo 3354/2014 - Partícipes: O Estado de São Paulo, através do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo e o Município de Ituverava, por intermédio do seu Fundo Social de Solidariedade. - Objeto: Transferência de recursos materiais e financeiros para implantação e execução do Projeto “Escola de Beleza” – Depilação e Design de Sobrancelhas - Valor do Convênio: R\$ 30.527,88, sendo R\$ 27.611,88 pelo FUSSESP e R\$ 2.916,00 pelo Município. - Prazo de Vigência: 18 meses contados da data da assinatura - Data da Assinatura: 01-07-2014

Extrato de Termo de Convênio

Processo 82314/2014 - Partícipes: O Estado de São Paulo, por meio do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo e o Município de Luizlândia, por intermédio do seu Fundo Social de Solidariedade. - Objeto: Transferência de recursos financeiros, a título de auxílio, para a aquisição de material permanente destinado ao desenvolvimento do Projeto de Geração de Renda “Oficina de Costura - Ampliação” - Valor do Convênio: R\$ 48.319,38, sendo R\$ 15.000,00 pelo FUSSESP e R\$ 33.319,38 pelo Município. - Prazo de Vigência: 210 dias, contados da data da assinatura - Data da Assinatura: 01-07-2014

Extrato de Termo de Convênio

Processo 56740/2014 - Partícipes: O Estado de São Paulo, através do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo e o Município de Birigui, por intermédio do seu Fundo Social de Solidariedade. - Objeto: Transferência de recursos financeiros, a título de auxílio, para a aquisição de material para implantação da “Praça de Exercícios do Idoso”. - Valor do Convênio: R\$ 86.099,38, sendo R\$ 15.000,00 pelo FUSSESP e R\$ 71.099,38 pelo Município. - Prazo de Vigência: 180 dias, contados da assinatura - Data da Assinatura: 02-07-2014